

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**JULIANA FERREIRA PAZ**

**PREENCHENDO OS “VAZIOS” DOS SENTIDOS: UMA LEITURA-ANÁLISE  
ENUNCIATIVA DE UM ARTIGO DE OPINIÃO**

**PORTO ALGRE**

**2013**

JULIANA FERREIRA PAZ

**PREENCHENDO OS “VAZIOS” DOS SENTIDOS: UMA LEITURA-ANÁLISE  
ENUNCIATIVA DE UM ARTIGO DE OPINIÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Letras  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Licenciado em Letras.

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carmem Luci da Costa Silva  
Orientadora

**PORTO ALGRE**

**2013**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela vitória e por estar sempre presente em minha vida.

Ao Elias, meu esposo, sem o qual não teria chegado até aqui. Agradeço pelo amor, pelo carinho e, principalmente, pela paciência com a qual tem me tratado nesses últimos anos.

À Professora Carmem, minha orientadora, agradeço pelas oportunidades a mim dadas ao longo do curso, pelos ensinamentos, que levarei sempre comigo, e pelo carinho.

À minha família, pelo suporte e pelo carinho.

Às minhas colegas de PAG – Língua Portuguesa, Aline Costa, Bruna, Verônica, Luana, Gabriela, Renata e Aline Stawinski, agradeço pelas conversas descontraídas e pelos momentos de reflexão que tanto me ajudaram nessa reta final do curso.

E, por último, mas não menos importante, agradeço a todos os colegas e amigos do Instituto de Letras que fizeram parte dessa jornada. Em especial, agradeço ao João, à Amanda, ao Rafael, ao Abel, à Aline e à Ana, por fazerem desses últimos cinco anos uma grande diversão.

## RESUMO

Este estudo tem por finalidade mostrar, a partir da concepção enunciativa de Émile Benveniste, a pertinência da seguinte hipótese: cada palavra contém uma parte vazia em sua significação, que é preenchida pelo leitor-locutor em seu ato enunciativo de leitura, para atribuir a ela um sentido singular que participa da ideia global do discurso, sua referência. Como embasamento teórico para esse estudo, foram resgatados os conceitos de benvenistianos de linguagem, (inter)subjetividade e enunciação, e abordadas às noções de leitura e texto de acordo com as teorias enunciativas. Considerando a hipótese do estudo, foi utilizado o artigo de opinião “Ser doutor é mais fácil do que ser médico”, da jornalista Eliane Brum, o qual foi dividido de acordo com sua estrutura dissertativa para proceder à seleção das palavras-chave de cada parte e posterior análise da ação que cada uma exerce sobre outras. A partir disso, foi estabelecida uma relação entre a subjetividade na linguagem e a atribuição de sentidos, visto que a constituição singular do sentido ao discurso pelo leitor-locutor atesta a subjetividade implicada em seu ato enunciativo de leitura.

Palavras-chave: sentido; palavra; subjetividade; leitura.

## ABSTRACT

This study aims to present, from the enunciative conception of Émile Benveniste, the relevance of the following hypothesis: each word contains an empty part in its meaning, which is filled by the reader - talker in his enunciative act of reading, to assign to it a singular meaning that participates in the overall idea of the speech, his reference. As a theoretical basis for this study, It was rescued benvenistians concepts of language, ( inter) subjectivity and enunciation, and discussed the concepts of reading and text, according to the enunciative theories. Considering the hypothesis of the study, the opinion article used was "Being doctor is easier than being a physician", written by the journalist Eliane Brum, which was divided according to their essay structure to proceed to the selection of keywords for each part and further analysis of the action that each exerts on the other. From this, a relationship between language and subjectivity in assigning meanings was established, as the natural constitution of meaning to the speech by the reader - speaker attests subjectivity involved in its enunciative act of reading.

**Keywords:** meaning; word; subjectivity; reading.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>6</b>
<b>1. Linguagem e enunciação.....</b>	<b>8</b>
1.1 <i>Enunciação: intersubjetividade e referência.....</i>	13
1.2 <i>Texto e enunciação .....</i>	17
<b>2. Considerações metodológicas.....</b>	<b>21</b>
2.1 <i>O corpus: artigo de opinião.....</i>	23
2.2 <i>Procedimentos de análise.....</i>	26
<b>3. Da relação entre as formas para a constituição de sentidos na leitura de artigo de opinião: uma análise enunciativa .....</b>	<b>28</b>
3.1 <i>O texto: o artigo de opinião.....</i>	28
3.2 <i>A análise enunciativa.....</i>	30
<b>4. Considerações finais .....</b>	<b>38</b>
<b>Referências.....</b>	<b>41</b>

## **Introdução**

Quem escreve um texto, o faz para ser lido e interpretado por alguém. Esse é um fato inegável para quem escreve, mesmo que muitos escritores tentem negar, afirmando que suas produções são escritas sem levar em conta a relação com um parceiro, um leitor ou um público-alvo. Todos os textos são escritos com alguma finalidade, seja essa a de desabafar, no caso de um diário, de informar, no caso de uma notícia, de instruir, no caso de uma receita culinária, entre outros; e esses mesmos textos são direcionados a um interlocutor, seja ele imaginário ou real, e de certo modo, produzem efeitos, podendo ser uma surpresa, uma indignação, uma alegria, etc.

Essa relação estabelecida entre o autor e seu interlocutor é fundamental para a construção de sentido do texto, uma vez que o interlocutor se apropria das formas atualizadas no discurso pelo autor para atribuir sentidos no ato de leitura. É através da linguagem, e do texto mais especificamente, que se estabelece a comunicação intersubjetiva, mediada pela linguagem.

Cada texto produzido traz em sua composição marcas únicas de seu autor, tais como expressões e a escolha do jogo de palavras utilizado, que podem influenciar o interlocutor no momento em que o mesmo estiver atribuindo o sentido a esse conjunto de palavras. Entretanto, existem certos autores que optam por não expor explicitamente sua opinião, deixando-a implícita de acordo com a escolha de palavras usadas e com a organização dessas palavras no texto. Sendo assim, é a partir dessa última que se forma o sentido do texto, podendo ser interpretado de diferentes maneiras pelo interlocutor.

A escolha das formas, feita pelo autor, é um fator muito importante para a constituição do sentido de um texto. É através dessa escolha que cada indivíduo marca seu encontro com outro via linguagem. Cabe lembrar que essa escolha de formas é um ato que marca o modo como cada um se relaciona com a língua para estabelecer sentidos para outro, colocando a intersubjetividade como centro da reflexão sobre o emprego da língua na produção de discursos (falados, escritos, ouvidos e lidos).

Pensando nessa questão, podemos então inferir que uma palavra pode não ter o mesmo sentido para o autor e para o interlocutor e que a mesma pode adquirir sentidos variados (nesse caso, considerados como aqueles que diferem das acepções gerais da palavra), a partir da leitura, considerada neste estudo como um ato de enunciação e, por isso, única e singular.

A partir dessas considerações iniciais, propomos um estudo, em artigo de opinião, hipotetizando, a partir da concepção enunciativa de Émile Benveniste, que cada palavra contém uma parte vazia em sua significação, que é preenchida pelo leitor-locutor em seu ato enunciativo de leitura, para atribuir a ela um sentido singular que participa da ideia global do discurso, sua referência.

Esses sentidos advêm do fato de estarem inseridas em um determinado contexto discursivo. Nesse trabalho, o ato de leitura será considerado a partir da leitura realizada para empreendermos a análise dos artigos de opinião. Portanto, o leitor, como analista do fato enunciativo de linguagem – o artigo de opinião –, verificará quais sentidos essas palavras adquirem em diferentes contextos enunciativos do discurso.

Para responder a hipótese, o trabalho está estruturado do seguinte modo: o primeiro capítulo tem como propósito apresentar a visão enunciativa de linguagem proposta por Benveniste e seguida por estudiosos de sua abordagem para sustentar a reflexão sobre texto (leitura e análise) que estamos propondo; o segundo capítulo busca elucidar nossa metodologia, o texto selecionado para análise com as especificidades do gênero selecionado – o artigo de opinião –, assim como os procedimentos de análise; e o terceiro capítulo traz uma proposta de análise textual com base no constructo enunciativo que leva em conta a constituição do sentido singular na leitura-análise a partir da ação que uma palavra exerce sobre outra no fio do discurso analisado.

## **1. Linguagem e Enunciação**

Neste capítulo, temos como objetivo refletir sobre uma noção de texto sustentada pela relação entre interlocutores como fundamento da vida do homem na sociedade, uma vez que “todas as realizações individuais e coletivas [...] estão ligadas ao exercício do discurso.” (BENVENISTE, 1967/1989, p. 222). Para isso, percorreremos alguns conceitos chave para compreender a concepção de linguagem por meio da qual podemos conceber o exercício do discurso escrito como uma atividade intersubjetiva que se constitui singularmente na relação do leitor com o texto lido. Por isso, elegemos a reflexão benvenistiana sobre linguagem e enunciação como base de sustentação da nossa proposta de estudar o texto como objeto de leitura e de análise. Assim, o capítulo está estruturado a partir de uma reflexão geral sobre linguagem para ancorar os itens “Enunciação: (inter) subjetividade e referência” e “Texto e enunciação”. Para realizar esse percurso, este capítulo traz para o diálogo, principalmente, os seguintes textos que compõem os volumes *Problemas de Lingüística Geral I* e *Problemas de Lingüística Geral II* de Émile Benveniste, doravante referidos como, respectivamente, *PLG I* e *PLG II*: “A natureza dos pronomes” (1956), “Categorias do pensamento e categorias da língua” (1958), “Da subjetividade na linguagem” (1958), “A forma e o sentido na linguagem” (1967), “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968) e “O aparelho formal da enunciação” (1970). Além de Benveniste, dialogamos com estudiosos que tomam Benveniste como alicerce para seus estudos, como Flores et al (2008), Naujorks (2011), Knack (2010) e Mello (2012).

A linguagem é o centro da interação humana, pois, sem ela, seria impossível a comunicação entre os falantes. Desde que o homem entende-se como tal, ela está presente em sua constituição e em sua relação com os outros. Seja de forma gestual, falada ou escrita, a linguagem é inerente ao ser humano e à sociedade, sendo imprescindível à veiculação do pensamento. De acordo com Kristeva (1969),

Ao mesmo tempo, esta materialidade enunciada, escrita ou gesticulada produz e exprime (isto é, comunica) aquilo que chamamos de pensamento. Quer dizer que a linguagem é simultaneamente o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e sua realização (p. 17).

Dessa forma, concebemos a linguagem como a única capaz de exprimir um pensamento, peça chave para o desenvolvimento de todo e qualquer diálogo dentro da sociedade. É a partir dela que formamos nossas ideias e as compartilhamos com o mundo; sem ela, seria impossível o estabelecimento de uma cultura ou de uma sociedade, pois é através da linguagem, seja em qualquer uma de suas formas, que nos colocamos como sujeitos na sociedade, visto que a dupla natureza da língua, de ser

imane ao indivíduo e transcendente à sociedade, encontra-se em todas as propriedades da linguagem (BENVENISTE, *PLG II*, p, 97). Tanto língua como sociedade são, na concepção benvenistiana, herdadas, o que coloca a relação intersubjetiva no centro dessa proposta de estudos da linguagem, pois o único modo de cada homem herdar língua e sociedade, na sua mutualidade, ocorre pelo exercício do discurso, lugar em que cada um se propõe como pessoa na sociedade enquanto participante a partir de uma rede de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação (*op. cit*, p. 101).

Ao constatarmos que o pensamento e a linguagem estão intrinsecamente ligados, podemos concluir que somente podemos pensar por meio da linguagem. Segundo Benveniste, em seu livro *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I), “A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade da linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua” (PLG I, p. 80), ou seja, o pensamento existe porque pode ser expresso através da língua, que lhe atribui à significação necessária para sua compreensão. O autor também argumenta que o pensamento é um “[...] conteúdo que recebe forma quando é enunciado, e somente assim.” (*op.cit.* p.69); desse modo, ele só pode ser considerado “real” depois de receber uma determinada sequência de signos linguísticos, bem como seus significados.

Partindo desses pressupostos, podemos afirmar que a língua não é apenas um mero sistema de signos linguísticos usado como instrumento de comunicação, pois é pôr e através dela que nos constituímos como sujeitos pensantes na sociedade, que produzimos sentidos. Benveniste, em seu artigo “Da subjetividade na linguagem” (PLG I), vai além dessa afirmação, mostrando que a linguagem não deve ser associada a um instrumento, dado o seu caráter simbólico, desprovido de materialidade e repleto de conteúdo. A seu ver, um instrumento é material e não está na natureza, causando, assim, uma oposição à linguagem, que é natural ao homem, não sendo uma criação da humanidade; ou seja, o homem e a linguagem são complementares, não podendo existir de forma separada, como vemos em suas palavras:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta a flecha a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a (PLG I, p. 285).

Posto isso, se a linguagem não é um instrumento, mas faz parte da natureza humana, podemos afirmar que a mesma “significa” em todo o momento em que é utilizada, pois o homem emprega a língua para inserir seu discurso no mundo e marcar-se como sujeito, ao mesmo tempo em que é definido por ela<sup>1</sup>. Nesse sentido, a linguagem, por fazer parte do homem, torna-se então o meio pelo qual ele se comunica com os outros, por meio de enunciados ou discursos.

Segundo o linguista, um enunciado é uma ação por meio da qual o locutor imprime sua subjetividade no mundo. Como “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLG II, p.82), esse ato, por ser individual, vem carregado de subjetividade, uma vez que é a relação do locutor com a língua que “determina os caracteres linguísticos” (*op. cit.*, p.82) que atualizará no discurso. Por isso, enunciar, para o semanticista, é constituir uma relação entre locutor e alocutário; relação que coloca, no centro da linguagem em ação, a intersubjetividade, conforme atesta suas palavras:

Antes da enunciação, a língua é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (PLG II, p. 83-84).

O enunciado, de acordo com a sua definição, vai muito além da forma da língua, pois utiliza-se de outros aparatos para sua realização, como aparelho fonador, e envolve um ouvinte (alocutário) a quem ele é dirigido, pois sua função é a de comunicar. De modo análogo à enunciação falada, também a enunciação escrita, conforme Benveniste (PLG II, p. 90), situa-se “em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”. Por isso, a relação intersubjetiva via discurso constitui-se tanto na enunciação falada quanto na enunciação escrita. É pela necessidade de enunciar, de dar sentido as suas palavras, que o locutor, em diferentes situações, apropria-se do “aparelho formal da língua”, que lhe fornece o suporte necessário que formará o sentido de seu enunciado; porém, é a presença do locutor que o tornará único e irreplicável, devido às condições enunciativas em que foi produzido. Um enunciado ou discurso jamais poderá ser reproduzido igual a outro, pois

---

<sup>1</sup> Para Benveniste, homem só pode se reconhecer como tal por meio da linguagem, que é a única capaz de defini-lo como um ser pensante.

a maneira como foi produzido e o tempo em que ocorreu serão diferentes de suas condições primárias de enunciação.

Portanto, um enunciado é um ato, “um processo no qual o locutor mobiliza a língua, toma-a como instrumento e a atualiza a partir de sua singularidade [...] é preciso considerar tanto o ato quanto as condições em que ele se realiza e os instrumentos dessa realização (NAUJORKS, 2011, p. 84-85).

Ao compreendermos que um enunciado tem a função de comunicar, de significar algo, automaticamente relacionamos essa “significação” a uma “forma”, uma vez que utilizamos esta última para expressar a primeira. No artigo “A forma e o sentido na linguagem” (PLG I), Benveniste explica justamente isso, mostrando que, apesar de serem consideradas opostas, a forma e o sentido são conceitos que devem ser estudados juntos, dado o seu caráter de complementaridade.

Numa primeira aproximação, o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores; a forma é, do ponto de vista, (a bem dizer do ponto de vista dos lógicos), ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos no nível lingüístico (PLG II, p. 222).

Ao falar sobre a forma e o sentido, o autor estabelece oposição entre dois domínios linguísticos: o semiótico e o semântico. Na sua visão, o signo linguístico está relacionado ao domínio semiótico, pois não promove relações entre a língua e o mundo e apenas significa algo que, sem relação com outros signos, não caracteriza sentido algum, caracterizando sua significação somente no eixo paradigmático. “O signo, como unidade semiótica, tem forma e sentido, pois seu significante é o seu aspecto formal, e o significado é da ordem do uso, pois um signo só tem sentido se na língua tiver existência, for usado” (NAUJORKS, 2011, p. 73).

Em contrapartida, a junção desses signos compõe um novo domínio linguístico atrelado ao semântico: a frase. Esta, por sua vez, constitui seu sentido através de unidades menores de significação, as palavras. Ao contrário dos signos, que existem para dar significado à língua, as palavras existem para expressar uma ideia. A frase, servindo-se das palavras, tem como função colocar a língua em ação, fazer com que ela se conecte ao mundo, que crie referências. Dessa maneira, o locutor, usando os signos existentes na realidade da língua, constrói seu pensamento e o enuncia a seu

interlocutor, organizando as palavras de forma a criar uma frase para comunicar sentidos a outro. Benveniste ressalta essa ideia ao afirmar que

O sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. Uma frase participa sempre do ‘aqui e agora’; algumas unidades de discurso são aí unidas para traduzir uma certa *idéia* interessante, um certo presente de um certo locutor (PLG II, p. 230).

Para complementar o pensamento de Benveniste e definir bem essa relação essencial entre forma e sentido, Flores et. al. (2008, p. 71) observa que

“Forma e sentido são inseparáveis no funcionamento da língua”. Como assim o são, na frase articula-se a língua e o uso da língua, pois os constituintes da frase são os signos – formas da língua -, agora palavras que, ao mesmo tempo em que expressam distinção, porque integradas à frase, expressam sentido.

Portanto, constituir sentidos aos atos enunciativos exige que o indivíduo consiga, além de reconhecer os signos, compreendê-los no discurso quando são convertidos em palavras. Desse modo, percebemos que a comunicação intersubjetiva é conduzida tanto pelo semiótico quanto pelo semântico, uma vez que ambos são responsáveis pela formação dos enunciados ou discursos, quando o locutor se apropria da língua.

É no artigo intitulado “O aparelho formal da enunciação” (PLG II), que Benveniste constrói um diálogo que mostra como forma e sentido se engendram no emprego da língua. De acordo com seu estudo, o emprego das formas não ocorre da mesma maneira que o emprego da língua propriamente dita, sendo o primeiro ligado ao semiótico e o segundo ao semântico. Nesse caso, o semiótico é representado pelos elementos linguísticos e pelas condições sintáticas nas quais a língua se apresenta; já o semântico é representado pelas condições em que o indivíduo converte as unidades da língua para produzir discursos. Por isso, semiótico e semântico, estão implicados na enunciação, o que justifica o uso da expressão língua-discurso de Benveniste no final do artigo “A forma e o sentido na linguagem”.

Pensando nisso, podemos perceber então que um enunciado ou discurso é constituído por uma forma e por um sentido, que são definidos pelo locutor no momento

em que utiliza a linguagem para enunciar-se. Língua-discurso, na forma e no sentido, torna-se um só elemento no momento da enunciação para a constituição da comunicação intersubjetiva sempre singular a cada vez que um discurso se insere no mundo, questão a ser discutida no próximo item.

### *1.1 Enunciação: intersubjetividade e referência*

Ao definirmos a enunciação como um ato de apropriação da língua que nos permite produzir sentidos para outro(s), deparamo-nos com uma questão muito importante dentro dos estudos enunciativos: a subjetividade. Como já havíamos visto anteriormente, a enunciação somente será possível se um indivíduo apropriar-se da língua para expressar uma ideia ou um pensamento, fato esse que a torna extremamente subjetiva. Essa subjetividade a qual nos referimos é inerente à enunciação, sendo indispensável a sua realização; é partir dela que as palavras adquirem sentido no mundo.

O elemento subjetivo que compõe a enunciação se caracteriza de diferentes maneiras, desde a escolha das palavras que serão utilizadas até a forma como estão atualizadas no discurso; entretanto, existem algumas marcas linguísticas que mostram de forma concreta a ocorrência dessa subjetividade na linguagem, tais como pronomes e verbos. Em "A natureza dos pronomes" (PLG I), Benveniste explica como ocorre esse fenômeno, mostrando que as formas pronominais como *eu/tu* são vazias, desprovidas de sentido; a não ser que alguém assuma a condição de *eu*, tornando-o um ser único e instaurando, automaticamente, um *tu* que será aquele a quem se fala algo. A cada momento em que são proferidos, *eu* e *tu* mudam de referentes no mundo, pois, cada pessoa, constitui um *eu* diferente, pois "Cada eu tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal" (PLG I, p.278).

Ao definir *eu* e *tu* como pronomes relativos à subjetividade, o autor também afirma que os mesmos não pertencem à sintaxe da língua, mas a outro domínio denominado "instâncias do discurso", que, segundo ele, relacionam-se aos "atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor" (PLG I, p. 277), ou seja, uma instância do discurso corresponde ao momento em que o locutor assume o papel de sujeito e produz um enunciado utilizando-se da língua para proferi-lo. Dessa forma, *eu* só existe na materialidade do discurso, tendo um sujeito como referência.

A partir do momento em que um indivíduo institui-se como *eu* no discurso, *tu* também é instituído, pois o segundo é indispensável à formação de um enunciado, uma vez que *eu* enuncia para *tu*. Além dessa relação, Benveniste também afirma que *eu* pode se apresentar em duas instâncias: como referente e como referido. Segundo ele, “*eu* é o indivíduo que enuncia a presente instância do discurso que contém a instância lingüística *eu*” (PLG I, p. 279); e, da mesma maneira, é definido o *tu*, constituindo ambos como referências permanentes no discurso.

Além desses pronomes, no artigo, também são mostradas outras formas vazias que somente adquirem sentido se referidas dentro de uma instância do discurso como advérbios, locuções adverbiais e pronomes demonstrativos. Todos eles podem existir somente a partir da constituição de um *eu* no discurso e considerando que este estabelecerá os utilizará como referências. Sendo assim, advérbios como *aqui*, *agora*, *ontem* e *hoje*; pronomes demonstrativos como *este* e *aquela*, e até mesmo tempos verbais, como *presente passado* e *futuro*, se tornam possíveis somente em um enunciado, trocando constantemente de referência, de acordo com o locutor que se enuncia.

Considerando essas relações entre as formas no discurso, Benveniste também afirma que *ele* é considerado como “não-pessoa”, ou seja, não possui marcas de pessoalidade como *eu*, que é um ser pessoal e subjetivo por natureza. *Ele* é sempre a referência fora da instância do discurso, de quem ou sobre quem se fala. Em suma, *eu/tu* são pessoas, *ele* não. Partindo disso, podemos conceber que a única forma em que um enunciado pode ser considerado “objetivo” ao invés de “subjetivo” é se o mesmo for referenciado por *ele*. Para esclarecermos essa questão, segundo Benveniste,

Há enunciados de discurso, que a despeito de sua natureza individual, escapam a condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação “objetiva”. É o domínio daquilo a que chamamos a “terceira pessoa”.

A “terceira pessoa” representa de fato o membro não marcado na correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva (PLG I, p. 282).

Estabelecendo uma relação direta com as relações pessoais descritas em “A natureza dos pronomes”, o texto “Da subjetividade na linguagem” (PLG I) dá continuidade à explicação do elemento subjetivo na enunciação. Nesse artigo,

Benveniste empenha-se em mostrar a subjetividade como parte constante da linguagem, como uma característica própria da mesma. Ele inicia sua explanação afirmando que a linguagem, e o diálogo, por sua vez, fazem parte da natureza humana, pois “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (PLG I, p. 285). Esse homem que encontramos no mundo converte-se em locutor, quando ao se enunciar, instantaneamente, implanta-se como *eu* e institui um *tu*, constituindo a intersubjetividade enunciativa. Essa relação pode ser definida da seguinte forma: o locutor (*eu*) é quem enuncia; o alocutário (*tu*) é quem o locutor implanta diante de si como outro de sua relação enunciativa. Os papéis de *eu* e *tu* não são estáticos podendo um assumir o lugar do outro a cada novo enunciado, o que o torna a intersubjetividade fator fundamental na conversão da língua em discurso. O *eu* e o *tu* estão em constante troca de referência, sendo o *eu* possível, somente a partir de *tu*, ou seja,

Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas conseqüências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. [...] apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior”, e ao mesmo tempo são reversíveis (PLG I, p. 286).

Além disso, Benveniste também afirma que não há a possibilidade da existência de uma língua sem pronomes pessoais, pois são os responsáveis pela indicação e constituição da pessoa que fala, do responsável pelo discurso. Segundo ele, não há um conceito ou uma definição desses pronomes (ao contrário de palavras lexicais como “casa” ou “cavalo”, que possuem significação constante, à qual nos referimos a cada vez que são ditas), uma vez que os mesmos não constituem uma referência fixa, dessa forma

Não há conceito “eu” englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito “árvore” ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*. O “eu” não denomina pois nenhuma entidade lexical. Poder-se-á dizer, então, que *eu* se refere a um indivíduo particular? Se assim fosse, haveria uma contradição permanente admitida na linguagem, e anarquia na prática: como é que o mesmo termo poderia referir-se indiferentemente a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo identificá-lo na sua particularidade? Estamos na

presença de uma classe de palavras, os “pronomes pessoais”, que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem (PLG I, p. 288).

Segundo o autor, na mesma situação dos pronomes pessoais, estão todos os indicadores de dêixis, pois se relacionam diretamente às instâncias do discurso; só adquirem sentido quando referenciados em um determinado momento, ou seja, no momento da enunciação. Atrelada à situação dos pronomes e dos dêiticos também está o tempo. Para Benveniste, a expressão da temporalidade, geralmente expressa pelos verbos, só existe no momento em que é realizado enunciado, dependendo sempre da pessoa que o profere. Sendo assim, o “presente” só poderá se configurar como tal no momento em que *eu* fala. Nesse caso, o “passado” e o “futuro” sempre serão estabelecidos de acordo com a referência de “presente”, que, por sua vez, é delimitado a partir do acontecimento em si juntamente com a “instância do discurso que o descreve” (PLG I, p. 289). É somente a partir de *hoje*, que podemos remeter a um *ontem* e a um *amanhã*.

Pensando nisso, podemos afirmar que a subjetividade na linguagem provém dessas formas, que permitem ao locutor realizar enunciados que se tornam únicos, dadas as circunstâncias, referências e o modo como foram realizados. Em suma,

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como eu e a um parceiro como tu. A instância de discurso é assim constitutiva e todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes (PLG I, p. 289).

Para pensar as formas de não-pessoa (*ele*) como fundamentais no ato de leitura-análise, retomaremos algumas reflexões esparsas do corpus teórico de Benveniste eleito para este estudo. No texto “Da subjetividade da linguagem”, o autor salienta que a forma “ele” tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”. Nesse sentido, embora as formas de não-pessoa não sejam tratadas aí como vazias por não fazerem referência às pessoas da alocação, são consideradas como adquirindo um valor subjetivo por fazerem parte do locutor no ato de apropriação da língua (seja na enunciação falada, seja na enunciação escrita), resultando em um valor intersubjetivo (atos enunciativos de escuta e de leitura), ou seja, essas formas

partem do nível semiótico, com sua parte vazia, para integrar, no momento da enunciação, o nível semântico, que compreende o sentido subjetivo adquirido pelas formas. No texto “Estrutura da língua e da sociedade”, Benveniste salienta o fato de que a primeira oposição (*eu-tu*) fundamenta a relação inter-humana por ser uma estrutura de alocação pessoal, mas que essa relação inter-humana somente pode realizar-se por meio da operação de referência (*ele*), visto *eu* e *tu* enunciarem para tratar “sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocação” (PLGII, p. 101), tornando possível o discurso. Assim, pessoas (*eu-tu*) e não-pessoa (*ele*) fundamentam o duplo sistema relacional da língua no discurso, integrando intersubjetividade e referência. No final do texto “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste salienta que “a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que têm enquanto signo” (PLG II, p. 234). Essas passagens fundamentam teoricamente nossa hipótese de que cada texto carrega, nas formas de não-pessoa, uma parte vazia possível de ser preenchida no ato enunciativo de leitura por meio da exploração da sintagmatização das palavras no discurso que, no nosso caso, realizar-se-á por meio da análise de um artigo de opinião por meio do valor (sentido) que o leitor-analista-locutor atribui a essas formas atualizadas pelo autor-locutor no ato de escrita de seu texto. Com isso, o sentido global do texto (sua ideia), considerado como resultado da conversão da língua em discurso, será explorado por meio do sentido da palavra em emprego, conforme reflexão de Benveniste em “A forma e o sentido na linguagem”, considerando intersubjetividade e referência como relações interligadas no ato de constituição de sentidos na leitura de textos.

Assim como a subjetividade está presente na enunciação falada e na enunciação ouvida, da mesma forma está presente na escrita e na leitura, pois da mesma forma que o locutor se apropria das formas para enunciar algo a um alocutário, autor e leitor assumem esses respectivos os papéis, tornando o ato de ler subjetivo. Na leitura, o leitor (alocutário) também apropria-se do aparelho faz formas para promover sentido aos enunciados do autor (locutor). Assumimos com Naujorks (2011) que, ao constituir sentidos no ato enunciativo de leitura, o leitor coloca-se como locutor e se declara sujeito (*eu*) para instituir o discurso lido como alocutário, seu *tu*. Para explicar melhor essa questão, utilizamos as palavras de Naujorks, que diz “Na leitura, está posto o ato de passagem de locutor a sujeito. Não apenas com a figura do autor, mas também com a

que lê, que se coloca subjetivamente, sendo, então o campo da leitura o da subjetividade, pois toda a leitura procede de um locutor e produz um sujeito” (2011, p. 70).

## 1.2 Texto e Enunciação

Assim como a subjetividade está presente na fala, também está presente no texto, pois, em ambos, o locutor apropria-se do aparelho formal da língua para constituir-se como sujeito, produzindo marcas únicas em sua enunciação. Apesar de Benveniste não ter falado diretamente, em seus estudos, sobre *texto*, acreditamos que seus conceitos podem ser claramente aplicados aos estudos do mesmo, visto que eles explicam o que ocorre quando a língua é colocada em funcionamento. Segundo Knack, “podemos conceber texto como discurso, ou seja, como produto da enunciação” (2010, p. 5). Sendo assim, se o texto é um produto da enunciação, a ele podem ser aplicados todos os conceitos destacados por Benveniste em sua teoria enunciativa, tendo em vista que os mesmos contemplam os produtos da enunciação.

Assim como na língua falada, que também pode ser denominada como *texto* falado, o texto (que nada mais é do que a língua escrita) também necessita de um *eu* que instituirá um *tu* que, nesse caso, será um público alvo para o qual o autor deseja expressar algo. Partindo dessa interlocução, o autor constitui a referência no mundo, tornando o texto único ao expressar-se em um determinado tempo (*agora*) e em um determinado espaço (*aqui*). Dessa forma, o texto se constitui como uma *instância do discurso*, pois cada leitor o lerá de uma forma única, remetendo a seu *aqui* e *agora*, a sua realidade do discurso. Para exemplificar melhor essa questão, utilizaremos as palavras de Mello, que diz:

Já reiteramos aqui que, consoante Benveniste, o uso da linguagem sempre implica a interação entre um locutor e um alocutário, situados num aqui-agora. No caso do texto escrito, o locutor projeta uma imagem de seu alocutário (possíveis leitores) e, com vistas a influenciar esse público-alvo, mobiliza a língua por sua conta, sintagmatiza e semantiza.[...] Ao pôr a linguagem em ação, o locutor autorreferencia, pois, ao escrever sobre o mundo externa, na verdade, seu ponto de vista sobre o mundo, mostra esse mundo ao outro através de suas lentes, buscando levá-lo a partilhar “esse mesmo mundo” (2010, p. 90).

Esse “partilhar de mesmo mundo” citado por Mello está relacionado ao modo como cada um interpreta a sociedade, pois não são apenas as categorias que remetem à pessoa, tempo e espaço que garantem a subjetividade na linguagem. Os aspectos culturais de uma sociedade garantem o elemento subjetivo no discurso, levando em consideração que o locutor utiliza a forma da língua (aspecto semiótico) para referir a algo que faz parte de seu mundo, de sua cultura. Dessa maneira, ao apropriar-se do aspecto formal da língua, o locutor utiliza seu conhecimento de mundo para produzir a semantização da língua, fato que atualiza o sentido de seu enunciado. Em outras palavras,

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando a vida dos homens (PLG II, p. 229).

Então, pensando por esse viés, podemos dizer que o texto pertence ao campo semântico da língua que, ao contrário do campo semiótico (onde é levado em consideração o significado do signo), busca o sentido da palavra, que é estabelecido pela ação de uma palavra sobre as outras para a constituição da referência no discurso (sentido global), ligada à atitude do locutor, conforme palavras abaixo:

Assim, enquanto no semiótico o sentido define-se em uma relação paradigmática, no semântico este se realiza por uma forma específica, ou seja, em um sintagma, de modo que não interessa mais o significado do signo – valor genérico e conceptual que este possuía no modo semiótico –, mas, sim, da palavra que, no texto, assume um sentido particular, em virtude da **referência à situação** e à **atitude do locutor** (KNACK, 2012, p. 82, grifos do autor).

Ao refletirmos sobre essa relação entre o campo semântico e o texto, compreendemos o porquê de, muitas vezes, o mesmo texto gerar múltiplos sentidos, de acordo com a leitura de cada alocutário, que faz suas as palavras do locutor para constituir-se como sujeito. Esses sentidos diversos podem advir do fato de que o texto, produto da enunciação, possui “marcas” que permitem ao locutor atribuir um sentido próprio às palavras, de maneira a torná-lo único aos olhos do autor que o criou e dos leitores que se *re*-apropriam de suas palavras a cada leitura. A relação estabelecida entre

autor, leitor e língua é de semantização, de produção de sentidos, assim como em um enunciado. De acordo com Knack,

O enunciado, por sua vez, fornece os elementos necessários para o acesso ao processo de enunciação, visto que a relação que o locutor estabelece com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. De fato, são esses caracteres, isto é, marcas, que devem ser observados quando do estudo do texto; parte-se do que está posto textualmente no enunciado para também chegar ao processo de enunciação e explicitar os mecanismos pelos quais o locutor produz sentidos (2010, p. 98).

Posto isso, podemos concluir que o texto pode ser considerado parte constante da enunciação, por se tratar de um produto de um ato. Dadas as suas características de semantização da língua e de subjetividade, dentro dos caracteres linguísticos já citados (*eu, tu, ele, aqui, agora, etc.*), o texto pode ser analisado a partir dos conceitos teóricos propostos pela teoria da enunciação. Assim como um discurso falado, um discurso escrito é considerado como a língua posta em ação, o texto resulta dessa ação. A sua materialidade, entretanto, não é efêmera, proporcionando-nos a possibilidade de analisá-lo em sua complementaridade.

No capítulo seguinte, buscamos tratar de nosso objeto de análise – o artigo de opinião – e delinear os procedimentos de análise que adotaremos para mostrar como o leitor-analista-locutor constituirá os sentidos para as palavras atualizadas pelo autor-locutor no discurso.

## **2. Considerações Metodológicas**

“A palavra pertence metade a quem a profere e metade a quem a ouve”. Levando em consideração essa frase dita pelo filósofo Michel de Montaigne e os conceitos de *intersubjetividade, enunciação e referência*, propostos por Benveniste, pretendemos fazer uma análise textual, baseada no gênero *artigo de opinião*, sobre a constituição de sentidos das palavras por meio da verificação da ação de umas sobre as outras.

Como vimos anteriormente, as palavras só adquirem sentido quando postas em funcionamento, através da língua, seja na enunciação falada, seja na enunciação escrita. No caso da enunciação escrita, que, em nosso caso, trata-se do texto em si, os sentidos

dessas palavras serão atribuídos por quem converte a língua em discurso escrito e pelos leitores que lerão esse discurso, que se tornam novos locutores. Isso faz da leitura uma parte fundamental de nosso processo de análise.

A leitura, segundo Naujorks, é um fato da língua que se liga à teoria enunciativa, dado o seu caráter de subjetividade, ou seja,

[...] a leitura, vista sob a perspectiva enunciativa, o que significa, nesse caso, considerar que a linguagem em uso, está atrelada a um sujeito, e a sua situação enunciativa. O que queremos dizer é que a leitura, vista como fato da língua, é um ato/processo de constituição de sentidos. Nesse processo é preciso levar em conta a relação singular que se estabelece entre leitor e texto (2011, p. 117).

Então, se a atribuição de sentidos às palavras (e ao texto em geral) se forma a partir da relação estabelecida entre leitor e texto, devemos levar em consideração também, no ato de leitura, o contexto discursivo e social no qual esse leitor está inserido, pois a relação homem-sociedade influi diretamente na constituição do sujeito, o que, conseqüentemente, influenciará sua leitura e o modo como fundamenta sua subjetividade.

A partir desses fatos, concebemos o ato de leitura como atribuidor de sentido à parte “vazia” das palavras, pois, considerando sua própria experiência, o leitor constitui-se como sujeito do enunciado, tomando para si as palavras do outro, em uma relação intersubjetiva para atribuir sentido ao seu emprego ao relacionar umas às outras. Se o sentido global de um discurso é sua ideia e o da palavra é o seu emprego nesse discurso, é fundamental uma leitura-análise de textos que considere esses aspectos como implicados um no outro – o sentido local e o sentido global. Como os valores culturais se imprimem na língua (BENVENISTE, 1989), torna-se importante verificar, no contexto discursivo das palavras, a “certa” relação com o mundo estabelecida pelo autor-locutor para referir e que, na leitura, imbrica-se com a “certa” relação com o mundo que o leitor-locutor estabelece para co-referir. Dessa forma, o contexto social e cultural é determinante na constituição do sentido por parte do leitor, que o produzirá de modo singular a partir de determinada relação que estabelece com o mundo; o que significa que não necessariamente será o mesmo sentido expresso pelo autor-locutor, visto que o mesmo, muitas vezes não possui o mesmo tipo de contexto que seu leitor-locutor. Sendo assim, a importância do contexto leitor, no momento da leitura, pode ser exemplificada através das palavras de Naujorks, que diz o seguinte: “o sentido que

deriva desse ato não coincide integralmente com as representações do enunciador do texto. É por isso que ler é um ato de reconstituição de sentido intimamente não-coincidente” (*op. cit.*, p.121).

Assim como a leitura, outro fator importante a ser considerado na análise textual é o sentido global que o texto possui. Ao tomarmos o texto como um enunciado ou discurso, produtos da enunciação, não podemos deixar de reconhecer que o sentido é constituído a partir da junção de segmentos menores, o que nos remete aos níveis de análise linguística postulados por Benveniste. No artigo intitulado “Os níveis de análise linguística” (PLG I), o autor nos mostra que um enunciado é composto por relações entre diferentes níveis lingüísticos e que os mesmos podem se articular entre relações *distribucional* e *integrativa*. No caso da relação distribucional, as unidades são de mesmo nível e, nesse caso, o sentido emerge do relacionamento de unidades em cada nível, seja fonológico, seja morfológico, etc. Já na relação integrativa, as unidades relacionam-se em níveis diferentes para constituírem sentidos. Para melhor exemplificarmos essa questão, façamos nossas as palavras de Flores e Mello:

Para uma unidade ter sentido, ela deve integrar um nível superior. Assim, por exemplo, o fonema pode ser considerado uma unidade porque integrante de uma unidade superior, o morfema. [...] A forma de uma unidade linguística é, portanto, a sua capacidade de dissociação em constituintes de nível inferior; o sentido de uma unidade linguística é, por sua vez, a capacidade de integrar uma unidade de nível superior (2009, p. 204).

A noção de nível linguístico proposta por Benveniste nos ajuda a compreender o texto em seu sentido local e em seu sentido global, questão fundamental de nossa análise, pois mostra como funciona o processo da construção do texto (enunciado ou discurso) e, assim, podemos entender de que forma o locutor utilizou o aparelho das formas para semantizar/sintagmatizar a língua. Para exemplificar como ocorre esse processo, utilizaremos uma passagem encontrada em Mello, que diz:

Como, a nosso ver, o texto é arquitetado por meio de macro e microsintagmatizações, a análise deve dar-se num vai-vem entre os planos global e analítico, sempre conjugando forma e sentido. Ou seja, na análise global, o sentido (totalidade da idéia apreendida por uma compreensão global) repousa sobre as sintagmatizações entre unidades maiores (por exemplo, parágrafos entre si) e sobre a relação existente entre estas e as unidades menores, como períodos e palavras. Procedendo à segmentação do texto em unidades menores, nos arranjos sintáticos e morfológicos, estamos no plano analítico, mas, nesse nível, não podemos nos restringir somente à forma ou a relação forma-sentido dentro dessa microesfera. Não há como

perder de vista o plano global, pois é dentro dele e em função dele que o locutor organiza palavras e promove sintagmatizações (2012, p. 98).

Considerando então esses princípios propostos por Benveniste, pretendemos analisar o texto como uma unidade produtora de um sentido global, cujas unidades menores são escolhidas, pelo autor/locutor, de forma a integrar o sentido único de um enunciado ou discurso. Esse sentido produzido será reconstituído por seu leitor/alocutário, através da leitura, quando este se declarará como locutor e fará a passagem para sujeito. A partir destas imbricações, procuraremos sentidos singulares que resultam dessa leitura, visto que o leitor é, também, o analista dos fatos e, portanto, locutor constituidor de sentidos, o que fundamenta a subjetividade da leitura-análise aqui proposta.

O nosso intuito com essa análise é o de verificar como cada um dos interlocutores implicados no ato da enunciação, locutor e alocutário, atribuem sentido a essas palavras, que, apesar de carregarem uma significação da língua, apresentam uma parte “vazia” que possibilitam, de um lado, ao locutor-autor produzir uma escrita única e singular, de outro, ao locutor-leitor também reconstituir um sentido singular no ato de leitura.

### *2.1 O corpus: artigo de opinião*

Antes de nos aprofundarmos nas especificidades do corpus, acreditamos ser necessário fazer algumas reflexões a respeito do gênero *artigo de opinião*. O artigo de opinião é um gênero em que a subjetividade do locutor é bastante explicitada, por meio da presença de diálogo entre discursos e da opinião daquele que escreve sobre esses discursos. Desse modo, o autor-locutor convoca seu interlocutor (leitores) também a opinar sobre o tema e, portanto, marcarem sua posição diante do tema. Nesse tipo de texto, o locutor utiliza-se das formas para constituir-se como sujeito e expressar uma determinada opinião a respeito de um determinado assunto. De acordo com Cunha

O artigo de opinião expõe o ponto de vista de um jornalista ou de um colaborador do jornal, fazendo uso de dêiticos e do presente do indicativo como tempo de base, num texto claramente argumentativo. Comentando sempre algo que já foi dito, o artigo de opinião é um gênero de “enunciação subjetiva” (Moirand, 1999), no qual o dialogismo é raramente mostrado (2002, p. 170).

Pensando, então, no artigo de opinião como um gênero em que a posição do locutor é explicitada para mostrar o modo como interpreta a sociedade, podemos inferir que o mesmo possui marcas linguísticas únicas, expressas por seu locutor, que explicita a sua opinião para permitir ao outro co-referir essa opinião. Assim, nesse tipo de texto, a relação intersubjetiva com outros discursos se faz presente na constituição da opinião do autor, que convoca o outro a se posicionar. Dessa forma, em um artigo de opinião, o autor utiliza, para reforçar a sua opinião a respeito de um assunto, o discurso de outros, para fazer com que se relacione com outros interlocutores, como um discurso válido dentro de uma sociedade, ou seja,

O artigo de opinião é constituído de outros discursos sobre os fatos comentados e de antecipações das objeções do leitor, para fazer aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito. Tudo isso comprova que o texto é o lugar de circulação de discursos mostrados ou não, e o sujeito não é a fonte do sentido, mas o constrói no trabalho incessante com o já-dito (CUNHA, 2002, p. 179).

Sendo assim, o autor-locutor constrói o sentido do seu texto a partir das relações que estabelece com outros discursos, que provêm da sociedade. Em contrapartida, o leitor-locutor reconstitui o sentido do texto a partir da relação que estabelece entre o discurso do autor-locutor, o discurso dos outros mencionados por ele e o seu próprio discurso, o que gera essa pluralidade de sentidos sobre a qual estamos refletindo.

Posto isso, também podemos inferir que o artigo de opinião é um modo de enunciação específico de interpretação da sociedade, se levarmos em consideração os postulados de Benveniste em seu artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (PLG II). Segundo o autor, língua e sociedade são indissociáveis, sendo uma necessária a outra para seu próprio desenvolvimento. Para ele,

a língua é — como dizem eles — o espelho da sociedade, que ela reflete a estrutura social em suas particularidades e suas variações que ela é mesmo por excelência o índice das mudanças que se operam na sociedade e nesta expressão privilegiada da sociedade que se chama a cultura (p. 94-95).

Ao refletirmos sobre as palavras de Benveniste, podemos considerar que a língua, ao ser interpretante da sociedade, apresenta-se nos discursos dos locutores que simbolizam valores culturais para expressarem a sua experiência na sociedade para outros que nela vivem e, assim, o discurso se torna o único meio pelo qual o locutor pode expressar como interpreta essa sociedade, como a simboliza para os outros,

fazendo sua passagem para sujeito. Em outro trecho do artigo, Benveniste reitera também que a língua é a única capaz de interpretar a sociedade. A seu ver, a língua interpreta a sociedade porque está nela; dessa maneira,

A justificação da primeira proposição da língua como interpretante da sociedade, é dada pela segunda: a língua contém a sociedade. Isto se verifica de duas maneiras: de início empiricamente, pelo fato de que se pode isolar a língua, estudá-la e descrevê-la por ela mesma sem se referir a seu emprego na sociedade, e sem se referir a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. Em contrapartida, é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas. Neste sentido a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta. [...] a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade. Eu digo a língua em si mesma, sempre e necessariamente. Consideremos portanto que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua (*op. cit.*, p. 97-98).

Então, ao pensarmos na língua como interpretante da sociedade, inferimos que o locutor apropria-se dela para constituir-se como sujeito, no artigo de opinião, fazendo valer a sua interpretação da sociedade, a sua visão de mundo. Ao relacionarmos esses pressupostos ao gênero artigo de opinião, podemos afirmar que cada locutor, através da língua, faz uma interpretação, de forma singular, da sua realidade e leva em consideração a interpretação já feita por outros. Cada um desses locutores interpreta a sociedade de uma maneira diferente, e na língua-discurso, podemos perceber como essa interpretação é constituída.

Ao definirmos esse gênero, também levamos em consideração a sua composição quanto à estrutura formal. Em um artigo de opinião, o texto é, em sua predominância, dissertativo e apresenta-se disposto em partes que organizam o conteúdo e garantem sua coesão. Segundo Platão e Fiorin (2006) “os textos narrativos e descritivos produzem uma representação do mundo; os dissertativos analisam, interpretam, explicam e avaliam dados da realidade” (p.251), ou seja, o gênero artigo de opinião está inserido na esfera dos textos dissertativos, dado o seu caráter de análise e interpretação de fatos sociais.

Um texto dissertativo possui uma organização prototípica que se aplica, também, aos artigos de opinião, pois apresenta a seguinte estrutura: tese, argumentos e conclusão. Na tese, o autor expõe um tema e se posiciona sobre ele, situando uma problemática sobre a qual quer falar. Após essa primeira definição sobre o que deseja abordar, o autor-locutor utiliza argumentos para provar sua tese, com fatos que servem

para embasar e dar credibilidade à tese proposta no texto. E, por fim, há a conclusão, na qual o autor-locutor torna a sua questão inicial e, utilizando de seus argumentos, faz um fechamento para o texto, propondo ou não uma solução, no caso de um problema, ou fazendo uma reflexão geral sobre o assunto tratado.

Considerando essas definições do gênero artigo de opinião e estrutura do texto dissertativo, utilizaremos como corpus de análise neste estudo um artigo de opinião intitulado “Ser doutor é mais fácil do que ser médico”, de Eliane Brum, publicado em 15/07/2013, na revista eletrônica *Época*. O texto foi escolhido a partir de um critério principal que está relacionado ao tema do artigo, que, a nosso ver, deveria ter relevância para a sociedade e trazer a relação de interpretância de seu autor sobre uma problemática social atual. Para fins de análise, consideramos que um artigo de opinião, com um tema contemporâneo relacionado à sociedade brasileira, como o programa “Mais Médicos”, é mais apropriado à proposta deste estudo, visto que buscamos verificar a variação de sentidos de palavras que, enquanto signos contém uma parte “vazia”, que esperam ser preenchidas, no nosso caso, pelo leitor-locutor quando este realiza seu ato de leitura.

## *2.2 Procedimentos de análise*

Partimos da questão central que este estudo busca responder, que é a de verificar, por meio da análise de um artigo de opinião, como cada palavra, ao carregar do semiótico um valor significativo de ordem geral, encontra o seu sentido particular na semantização do discurso. Por isso, nossa hipótese é a de que cada palavra contém uma parte vazia em sua significação, que é preenchida pelo leitor-locutor em seu ato enunciativo de leitura, para atribuir a ela um sentido singular que participa da ideia global do discurso, que é sua referência.

Por isso, nossa análise segue o seguinte roteiro:

- a) Levantamento da estrutura argumentativa do texto em tese, argumentos e conclusão;
- b) Seleção, em cada uma dessas partes, das palavras-chave que constituem os sentidos de cada uma dessas partes;

- c) Verificação de como essas palavras adquirem sentido particular no discurso, e como esse sentido se aplica em palavras que se repetem ao longo do texto em distintos contextos do próprio texto;
- d) Discussão do sentido global do discurso.

Delineada a metodologia, passemos à análise.

### **3. Da relação entre formas para a constituição de sentidos na leitura de artigo de opinião: uma análise enunciativa**

Conforme os pressupostos teóricos e metodológicos apresentados, analisaremos o artigo de opinião “Ser doutor é mais fácil do que ser médico”, da jornalista Eliane Brum. Para esse fim, transcreveremos o texto, que, nesta ocasião, trataremos como nosso objeto de análise.

A partir dessa transcrição, procederemos à análise, seguindo o percurso delineado brevemente: em primeiro lugar, faremos a divisão do texto de acordo com sua estrutura argumentativa, ou seja, em tese, argumentos e conclusão; em segundo lugar, selecionaremos as palavras-chave de cada uma dessas partes; em terceiro lugar, analisaremos cada uma dessas palavras, buscando verificar o sentido particular que elas

assumem no discurso a partir da análise da ação de umas sobre outras; e, por último, faremos uma discussão a respeito das análises e do sentido global do texto.

### 3.1 O texto: o artigo de opinião

<b>Ser doutor é mais fácil do que se tornar médico</b>	
01	
02	O programa “Mais Médicos”, lançado pela presidente Dilma Rousseff, não vai resolver o
03	problema do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas pode, sim, ser parte da solução. Ou alguém
04	realmente acredita que colocar mais médicos nos lugares carentes do Brasil pode fazer mal para a
05	população? Sério que, de boa fé, alguém acredita nisso? A veemência dos protestos contra o projeto
06	de ampliar o curso de medicina de seis para oito anos e tornar esses dois últimos anos um trabalho
07	remunerado para o SUS revela muito. Especialmente o quanto é abissal a fratura social no Brasil. E
08	o quanto a parte mais rica é cega para a possibilidade de fazer a sua parte para diminuir uma
09	desigualdade que deveria nos envergonhar todos os dias – e que, no caso da saúde, mata os mais
10	frágeis e os mais pobres.
11	Para resolver o problema do SUS é preciso assumir, de fato, o compromisso com a saúde
12	pública gratuita e universal. O que significa investir muito mais recursos. Em 2011, segundo dados
13	da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil gastou US\$ 477 per capita em saúde. Menos do
14	que vizinhos como Uruguai (US\$ 817,8) e Argentina (US\$ 869,4), por exemplo. E quase seis vezes
15	menos do que o Reino Unido (US\$ 2.747), cujo sistema de saúde tem sido apresentado como
16	referência do projeto do governo. Hoje, falta dinheiro e falta gestão eficiente. Sem dinheiro e sem
17	eficiência, duas obviedades, não se constrói um sistema decente. Mas, para investir mais dinheiro
18	no SUS, é preciso tocar também em questões sensíveis, como o financiamento da saúde privada.
19	Falta dinheiro no SUS também – mas não só – porque o Estado tem subsidiado a saúde dos mais
20	ricos via renúncia fiscal.
21	Um recente estudo do IPEA (leia aqui) mostrou que, em 2011, último ano avaliado, quase
22	R\$ 16 bilhões de reais deixaram de ser arrecadados pelo governo, por dedução no imposto de renda
23	de pessoas físicas e jurídicas e desoneração fiscal da indústria farmacêutica e de hospitais
24	filantrópicos. O que é, de fato, renúncia fiscal? Um pagamento feito pelo Estado: ele não
25	desembolsa, mas paga, ao deixar de receber. Assim, quase R\$ 16 bilhões, o equivalente a 22,5% do
26	gasto público federal em saúde, deixaram de ser investidos no SUS para serem transferidos para o
27	setor privado, numa espécie de distribuição de renda para o topo da pirâmide. Para ter uma ideia do
28	impacto, é mais do que os R\$ 13 bilhões que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirma que o
29	governo está investindo em unidades básicas de saúde, pronto-atendimento e hospitais. Não é a toa
30	que, entre 2003 e 2011, o faturamento do mercado dos planos de saúde quase dobrou e o lucro
31	líquido cresceu mais de duas vezes e meia acima da inflação.
32	O governo tem estimulado a população – e também os empregadores – a investir em saúde
33	privada. Um plano de saúde privado tornou-se uma marca de ascensão social. A “classe C” ou
34	“nova classe média” tem sido vítima de planos de saúde mequetrefes que, na hora de maior
35	necessidade, deixam as pessoas desprotegidas. Como muitos já sentiram na pele, quando a coisa
36	realmente aperta, quando a doença é séria e requer recursos e intervenções de ponta, quem vai
37	resolver não é a rede privada, mas o SUS, porque uma parte significativa dos planos não cobre os
38	exames e tratamentos mais caros.
39	Para que a solução seja estrutural – e não cosmética – é preciso acabar com as distorções e
40	fortalecer o SUS. Sem dinheiro, o SUS vai sendo sucateado e se torna o destino apenas dos mais
41	pobres e com menos instrumentos para reivindicar seus direitos. Assustada com a precarização do
42	SUS, a classe média se sacrifica para pagar um plano privado, que tem sempre muitas letras
43	miúdas. Os trabalhadores organizados incluem saúde privada na pauta sindical, afastando-se da
44	luta do SUS. Quem tem mais poder de pressão para pressionar o Estado por saúde pública de
45	qualidade, portanto, encontra saídas individuais – que muitas vezes vão se mostrar pífiás na hora da
46	urgência – ou saídas coletivas, mas para grupos específicos, no caso dos empregados com planos
47	empresariais.
48	Enquanto sobrar distorções e faltar dinheiro, o SUS não vai melhorar. Não vai mesmo.
49	Neste sentido, tem razão quem afirma que o programa “Mais Médicos” é demagogia. Mas apenas
	em parte.

50	Acrescentar dois anos ao curso de medicina e tornar esses dois últimos anos um trabalho
51	remunerado no SUS, uma das mudanças previstas para iniciar em 2015, pode ser um aprendizado.
52	E rico. Não só da prática médica como da realidade do país e da sua população, o que não pode
53	fazer mal a alguém que pretenda ser um bom médico. Para que isso funcione, tanto como formação
54	quanto como atendimento de qualidade à população, é preciso que exista de fato a supervisão dos
55	professores e das faculdades. E essa é uma boa causa para as entidades corporativas e para as
56	escolas de medicina.
57	Hoje, um dos problemas do SUS é a fragilidade da atenção básica: o que poderia ser
58	resolvido nos postos de saúde ou pelo médico de família e que consiste em cerca de 90% dos casos
59	acaba indo sobrecarregar os hospitais, que deveriam ser acionados apenas para os casos mais
60	graves. A distorção provoca problemas de atendimento de uma ponta a outra do sistema. Por outro
61	lado, entre os avanços mais significativos do SUS está o Programa Saúde da Família (PSF), um dos
62	principais responsáveis, junto com o Bolsa Família, pela redução da mortalidade infantil no país.
63	Mas faltam médicos para esse programa. A atuação dos estudantes de medicina poderá fazer uma
64	enorme diferença. E isso não é pouco num país em que os filhos dos pobres ainda morrem de
65	diarreia e de doenças já erradicadas nos países desenvolvidos.
66	A obrigatoriedade de trabalhar dois anos no SUS tem sido considerada por alguns setores,
67	como as entidades corporativas, uma violação dos direitos individuais do estudante de medicina.
68	Será que não poderia ser vista, além de um aprendizado, também como uma contrapartida,
69	especialmente para quem estudou em universidades públicas ou foi beneficiado com bolsas do
70	Prouni? O Estado, o que equivale a dizer toda a população brasileira, incluindo os que hoje não têm
71	acesso à saúde pela precariedade do SUS, financia os estudos desses estudantes. Não seria lógico e
72	mesmo ético que, ao final do curso, os estudantes devolvessem uma mínima parte desse
73	investimento à sociedade? Para os estudantes das escolas privadas, o projeto prevê a liberação do
74	pagamento das mensalidades nestes dois últimos anos. Mas sempre vale a pena lembrar que
75	também há financiamento público das particulares, na forma de uma série de mecanismos, como
76	renúncia fiscal para as filantrópicas e para as que aderiram ao Prouni.
77	Os estudantes de medicina serão remunerados pelo trabalho e pelo aprendizado. O valor
78	mensal da bolsa ainda não está definido, mas a imprensa divulgou que será algo entre R\$ 3 mil e
79	R\$ 8 mil. Ainda que seja o menor valor, que outra categoria no Brasil pode sonhar em ganhar isso
80	antes mesmo de se formar? E mesmo depois de formado? Por que, então, uma resistência tão
81	grande?
82	Por causa do abismo. A maioria dos estudantes de medicina vem das classes mais
83	abastadas, como mostrou a Folha de S. Paulo de 13/7: na Unesp (Universidade Estadual Paulista),
84	apenas 2% cursaram colégio público, contra 40% no geral; na USP (Universidade de São Paulo),
85	20% dos estudantes têm renda familiar superior a R\$ 20 mil, não há negros na turma que ingressou
86	em 2013. Historicamente, a elite brasileira não se vê como parte da construção de um país mais
87	igualitário. Pelos motivos óbvios – e porque está acostumada a receber, não a dar. Assim, ter seus
88	estudos financiados pelo conjunto da população brasileira é interpretado como parte dos seus
89	direitos – não como algo que pressupõe também um dever ou uma contrapartida. Dever e
90	contrapartida, como se sabe, são para os outros.
91	Não fosse esse olhar sobre si e sobre seu lugar no país, seria plausível que trabalhar os
92	dois últimos anos do curso no SUS pudesse ser uma boa notícia para quem escolheu ser médico.
93	Fosse até desejável. Primeiro, porque está ajudando a levar saúde a uma população que não tem. E,
94	neste sentido, pode fazer a diferença, algumas vezes entre viver e morrer. Segundo, por participar
95	da construção de um país mais justo, o que implica deveres ainda maiores a quem recebeu mais.
96	Receber mais – melhores escolas, melhor saúde, melhores oportunidades – não significa que tenha
97	de continuar recebendo mais, mas que precisa dar mais, já que a responsabilidade com quem
98	recebeu menos se torna ainda maior. Terceiro, porque é inestimável a oportunidade de conhecer as
99	dores, as necessidades e as aspirações das porções mais carentes do Brasil, não só pelo aprendizado
10	médico em si, mas pelo que essa população pode ensinar sobre um outro viver.
0	Tornar-se médico – e não apenas um técnico em medicina – não passa pela capacidade de
10	escutar o outro como alguém que tem algo a dizer não apenas sobre seus sintomas, mas sobre uma
1	visão de mundo singular e uma interpretação complexa da vida?
10	Ao ler a maioria das críticas sobre o programa, o que chama a atenção é a impossibilidade
2	de seus autores se verem como parte da construção de um SUS mais forte e eficiente, o que
10	significa ser parte da construção de um Brasil melhor para todos – e não só para uma minoria. No
3	geral, o que se revela nitidamente é um olhar de fora, como se tudo tivesse que estar pronto, em
10	perfeitas condições, para que só então o médico atuasse. Mas é no embate cotidiano, no
4	reconhecimento das carências e na pressão por mudanças que o SUS será fortalecido, como tem

10	mostrado em sua prática uma parcela dos médicos tachada – às vezes pejorativamente – como
5	idealista. Nesse sentido, também os estudantes de medicina e seus professores farão uma enorme
10	diferença ao estar no palco onde esse embate é travado. Ao estar presentes – promovendo saúde,
6	denunciando distorções e pressionando por qualidade – mais do que hoje.
10	Acredito que a vida da maioria só muda quando os Brasis se aproximam e se misturam.
7	Tenho esperança de que esse programa – se bem executado, o que só pode acontecer com a adesão
10	e o compromisso de todos os envolvidos – possa ser inscrito nesse gesto. O conjunto de medidas do
8	“Mais médicos”, que inclui também a atuação de profissionais estrangeiros em áreas carentes, já
10	promoveu pelo menos um impacto positivo: colocou o SUS no centro da pauta nacional. Seria tão
9	importante que os protagonistas desse debate superassem a polarização inicial entre governo e
11	entidades médicas para fazer uma discussão séria, com a participação da população, que pudesse
0	resultar no acesso real da maioria a um sistema de saúde com qualidade. E seria uma pena que essa
11	oportunidade fosse perdida por interesses imediatos e menos nobres, tanto de um lado quanto de
1	outro.
11	É grande o debate sobre se faltam profissionais ou se eles estão mal distribuídos. O que
2	me parece é que não faltam doutores no Brasil – o que falta são médicos. São muitos os doutores
11	que ainda nem sequer se formaram, mas já assumiram o título e o encarnam num sentido profundo.
3	O SUS terá mais chance quando existirem menos doutores e mais médicos trilhando o mapa do
11	Brasil.
4	
11	
5	
11	
6	
11	
7	
11	
8	
11	
9	
12	
0	
12	
1	
12	
2	
12	
3	
12	
4	
12	
5	
12	
6	
12	
7	
12	
8	

### 3.2 A análise enunciativa

Iniciaremos a análise pela divisão do texto de acordo com sua estrutura dissertativa, ou seja, faremos a divisão em tese, argumentos e conclusão. No artigo “Ser doutor é mais fácil do que ser médico”, a autora defende a tese de que o programa “Mais Médicos” pode resolver parte do problema apresentado pelo Sistema Único de

Saúde (SUS), que é conhecido pela precariedade no atendimento às pessoas (linhas 1 a 4).

Para defender essa ideia de que o programa será benéfico ao SUS, Eliane utiliza 3 argumentos principais: no primeiro deles, é explicitada a real situação da saúde no Brasil e como o governo tem privilegiado a saúde privada, causando, assim, a precarização do SUS e requerendo uma solução como o programa “Mais Médicos” (linhas 10 a 19). No segundo, a autora busca mostrar como seria importante para saúde pública e para o estudante de medicina realizar a residência em hospitais públicos, prática prevista no programa (linhas 50 a 56). No terceiro, e último, argumento, ela reforça a importância do aprendizado gerado pela experiência da prática no SUS para os estudantes, ainda afirma que esses por estudarem, muitas vezes, em universidades públicas ou através de bolsas custeadas pelo governo, deveriam retribuir para a sociedade aquilo que receberam dela e, por fim, também ressalta que os alunos receberam bons salários durante o tempo em que residirão no SUS (linhas 66 a 81).

Através dessa argumentação, que é constituída por argumentos baseados no raciocínio lógico e em estatísticas (Platão e Fiorin, 2006), a autora ressalta a importância do programa “Mais Médicos” para a melhora da saúde no Brasil e conclui o artigo afirmando que seria necessário que se fizessem mais debates a respeito do assunto e que o programa, se bem executado, poderá melhorar muito a saúde no país. Ainda, para reforçar a importância do programa, traz um novo dado para argumentar a favor dele, relacionado ao fato de o governo trazer médicos estrangeiros para atuar nas áreas mais carentes do país. Ao final, ela fecha o texto fazendo uma alusão ao título, explicando que é necessário que os estudantes de medicina deixem de pensar somente no status da profissão e atuem de acordo com os preceitos dessa, que consistem nos cuidados com o ser humano (linhas 114 a 128).

Feita a divisão do texto dentro desses parâmetros estruturais dissertativos, passamos ao segundo procedimento, levantando a seguinte questão: que palavras constituem o sentido global da tese, de cada argumento do texto e da conclusão? Começamos pela tese defendida pela autora de que “o programa ‘Mais Médicos’ pode resolver, em parte, o problema do Sistema Único de Saúde. Considerando essa tese, vemos que a autora levanta um problema e propõe uma solução. O problema está ligado ao Sistema Único de Saúde e a solução relacionada ao Programa “Mais Médicos”. Se tomarmos a significação de programa, que, entre outras acepções, tem por conceito

“objetivos e modalidades de uma atividade industrial, financeira ou política” (Dicionário Aurélio Online) e a colocarmos em relação a *Mais Médicos*, vemos sua especificidade, que, nesse caso, significa: “objetivos e modalidades aplicadas de maneira a resolver o problema do sistema de saúde no Brasil”. Dessa forma, “programa” se afunila, em termos de sentido, com “sistema” se considerarmos o primeiro como uma solução para o segundo. A palavra “sistema”, aplicada ao texto, possui o sentido relacionado ao Sistema Único de Saúde, que, por sua vez, carrega um significado diferente daquele expresso pelo senso comum, de que um sistema é apenas uma “combinação de partes que, coordenadas, concorrem para certo fim” (Dicionário Aurélio Online).

Nesse contexto, a palavra sistema possui valor significativo que corresponde somente à sociedade brasileira. Ao lermos “sistema”, automaticamente pensamos em nosso sistema de saúde e já agregamos um valor negativo à expressão, visto que é do conhecimento de todos a precariedade em que se encontra a saúde no país. É importante ressaltar que, no mesmo texto, a palavra “sistema”, nas linhas 14 e 16, possui o mesmo sentido, porém com valorações diferentes: uma positiva e outra negativa. Na linha 14, “sistema” está se referindo ao sistema de saúde do Reino Unido, que é considerado uma referência, o que agrega um valor positivo a palavra. Já na linha 16, “sistema” volta a se referir ao SUS, algo que, no universo cultural brasileiro, já está impregnado de valores negativos, que vêm para o sentido atribuído pela autora como “problema”. Nesse caso, espera-se que a argumentação da autora apresente os problemas e defenda os tipos de solução ligados ao *Programa Mais Médicos*. Isso nos permitirá destacar, nos argumentos, palavras vinculadas à sintagmatização “problema do SUS” e, relacionadas à “solução, aquelas vinculadas ao Programa “Mais Médicos”.

Com “problemas do SUS”, a autora destaca “a falta de dinheiro” e “a falta de gestão eficiente”, segmentos ligados ao favorecimento do sistema de saúde privado em detrimento do público, o que, segundo ela, faz com que SUS esteja sem dinheiro, acarretando um sistema de saúde indecente. Ela sustenta o seu argumento afirmando que o governo deixa de injetar dinheiro no SUS ao diminuir a carga tributária de hospitais e planos de saúde particulares através de renúncia fiscal. Tal ato, a seu ver, obriga os menos favorecidos a aderirem a “planos de saúde mequetrefes”, tornando-os vítimas dos mesmos. As palavras “falta” e “sem” utilizadas, respectivamente, nas linhas 15 e 16, significam, de forma geral, ausência ou deficiência de algo; porém, nesse

contexto específico, são utilizadas com sentido de que há recursos viáveis para a sustentação de um sistema aceitável de saúde. Nesse caso, essas duas palavras, além de expressar seu sentido próprio, reforçam a idéia da necessidade do dinheiro e da eficiência na gestão para o bom funcionamento do SUS. Cabe ressaltar que a palavra “falta” repete-se várias vezes ao longo do texto, sempre acentuando a necessidade do fator ao qual se refere. A palavra “sem” também repete ao longo do texto, porém, adquire um sentido diferente. A expressão “sem dinheiro” utilizada na linha 15 mostra a falta de dinheiro como um problema. Já na linha 39, essa mesma expressão transforma-se em solução, pois, nesse argumento, o dinheiro se torna uma peça chave para a melhora do SUS que não acontecerá sem ele.

Outra palavra que se destaca em meio a esse argumento é “renúncia”, pois, nesse contexto, adquire um significado particular que pode diferir de seu significado comum, o de uma recusa. A expressão “renúncia fiscal” (linhas 19 e 23), utilizada no argumento, não significa uma recusa ao dinheiro dos tributos, mas uma escolha feita para favorecer a classe abastada em relação às outras. Como a própria autora esclarece, ao não cobrar os impostos dos planos de saúde e dos hospitais, o governo escolhe o sistema privado ao público.

Ainda com os olhares voltados para esse argumento, destacamos mais uma palavra que também adquire significado próprio na sintagmatização é “mequetrefe” (linha 33). Essa palavra tem, de um lado, o significado ordinário de “pessoa que não merece maior consideração; João-ninguém, pobre-diabo” (Dicionário Aurélio Online); de outro lado, dentro do contexto do argumento, agrega valores negativos aos planos de saúde, caracterizando-os como algo de baixa qualidade, que engana as pessoas que, por sua vez, tornam-se suas vítimas, por serem prejudicadas pelos mesmos.

Outro “problema do SUS” levantado pela autora é a questão da desigualdade social que há no país. Ela comenta que há uma “fratura” na sociedade e que a mesma é “abissal”. Essa fratura, conforme seu argumento, é causada pela impossibilidade que a classe alta, onde estão os estudantes de medicina, tem em enxergar as necessidades das classes média e baixa. A seu ver, esses estudantes pensam somente em seus direitos, não levando em consideração que, muitas vezes, seus próprios estudos são financiados por esse povo ao qual não querem ajudar. Dessa forma, o SUS continua deficiente, expondo a sua fragilidade nos serviços mais básicos. Nesse argumento, as palavras “fratura”, “abissal” e “fragilidade” relacionam-se e destacam-se por receberem sentidos

diferenciados. A primeira, “fratura” (linha 6), significa a quebra de algo, mais especificamente, de um osso; porém, nesse contexto, a palavra “fratura” significa algo mais abstrato, que é a grande separação existente entre as classes sociais no Brasil. Para reforçar essa ideia de grande separação, é utilizada a segunda palavra destacada: “abissal” (linha 6). A significação dessa palavra, segundo o dicionário Aurélio Online, estabelece uma relação com significado de “abismo” (linha 82), palavra utilizada em outro momento do texto para referir a essa fratura. Abismo, de uma forma geral, significa uma divisão profunda entre determinadas partes. Ao relacionar *abissal* à palavra “fratura”, essa primeira adquire um significado diferente, intensificando o fato de que a desigualdade social no país é muito maior do que imaginamos.

A terceira palavra destacada, nesse argumento, é “fragilidade”, que, no contexto em que está inserida, assume o significado de precariedade, de falta de recursos para o atendimento aos pacientes; o que contraria seu significado geral, que é de algo frágil, que pode se quebrar. Ao falarmos em “fragilidade da atenção básica” (linha 57), estamos atribuindo um novo sentido para palavra, pois, a atenção básica fornecida pelo SUS não é frágil e sim precária.

Em contrapartida aos problemas relacionados ao SUS, a autora argumenta em defesa do programa *Mais Médicos*, explicando suas medidas e propondo soluções para possíveis problemas que essas medidas poderiam causar.

A primeira solução defendida pela autora é o firmamento de um compromisso, por parte do governo e da sociedade, para a melhoria da saúde pública no país. Esse compromisso, ressaltado por ela, consiste no investimento de recursos no SUS, tais como dinheiro, que já havia sido destacado como um problema por sua falta, mas, nesse contexto, transforma-se em uma solução; e médicos, que, geralmente, por serem das classes mais altas, acham que já contribuíram com a sociedade e acabam por não ajudar os mais pobres que precisam de sua atenção. Nesse argumento, destacamos a palavra “compromisso”, utilizada na linha 10. Nesse caso, “compromisso” refere-se não a um acordo ou a uma promessa qualquer, como seu significado geral sugere, mas a um compromisso específico, com a “saúde pública gratuita e universal” (linha 10 e 11). O que esse compromisso quer dizer, é que o governo e os médicos devem preocupar-se com o SUS e não com a saúde privada, que é o que vem ocorrendo até então. Compromisso, nesse caso, significa melhorar o SUS para que todos possam usufruir dele, sem precisar recorrer a outros meios.

Outra solução citada pela autora, que faz parte das medidas previstas pelo *Mais Médicos*, é o acréscimo de dois anos ao curso de medicina com prática obrigatória no SUS. Segundo ela, além do dinheiro que receberão pelo trabalho (muito mais do que pessoas graduadas recebem), esses dois anos serviriam não só como experiência de trabalho, mas como um aprendizado muito rico ao qual o estudante terá acesso e uma oportunidade única de fazê-lo perceber a desigualdade social que o cerca. Além disso, ela postula que esses estudantes de medicina, por serem de classes altas, aprenderiam, com o programa, que devem dar também, ao invés de somente receber benefícios. A palavra “rico”, utilizada na linha 52, expressa, como sentido, nesse argumento, o fato de que a aprendizagem dos estudantes será algo de valor inestimável, muito mais do que qualquer recompensa. “Rico”, nesse caso, significa uma grande experiência que permite ao estudante conhecer mais sobre seu próprio país, uma experiência única.

Como reforço de seus argumentos relacionados à solução do problema do SUS, a autora cita que “a solução deve ser estrutural - e não cosmética”. Desse modo, nos atemos às palavras “estrutural” e “cosmética” (linha 38), que, nessa frase, se sobressaem devido a sua significação. “Estrutural” é uma palavra que tem seu significado relacionado à estrutura, cuja aceção, de partes distintas que se unem para formar um todo, é aplicada, nessa frase, para mostrar que a mudança no SUS deve ocorrer em todas as suas áreas de ação. Nesse caso, uma mudança estrutural vai muito além de apenas agregar mais médicos, sendo necessário mudar todo o sistema, desde os menores até os maiores setores. Já a palavra “cosmética”, em um primeiro momento, nos remete a uma ideia de maquiagem, de embelezamento. Porém, nesse caso, essa palavra foi utilizada para significar outra coisa: que a mudança que o SUS precisa não pode ser apenas superficial, apenas para remediar uma situação e fazê-la parecer melhor.

Por fim, a autora conclui o artigo frisando que, para que a saúde pública no país melhore de vez, é necessário que haja uma aproximação entre as classes sociais e que a mais abastada delas compreenda as necessidades que a outra enfrenta. Para ela, é preciso que os médicos hajam como médicos e não como doutores. Nessa parte, a palavra “médicos” (linhas 125 e 127), repetida várias vezes ao longo do texto, adquire um sentido diferente de “aquele que pratica a medicina”, pois quer dizer que um médico deve ir muito além disso, deve querer ajudar as pessoas. Nesse sentido, “médicos” significa ir além da medicina, sanar as necessidades daqueles que mais precisam. Dessa forma, acreditamos que esse sentido da palavra “médicos” estabelece uma relação de

mesmo significado com a palavra “médicos” utilizada na linha 101 e de significação oposta com as palavras “doutores” (linha 128) e “técnicos em medicina” (linha 101). A relação de oposição existente entre essas palavras consiste no fato de que “doutores” e “técnicos em medicina” significam somente “aqueles que praticam medicina, sem levar em consideração àqueles a quem tratam”. Essas duas palavras possuem uma valoração negativa de sentido, enquanto que “médicos” possui valoração positiva, apesar de todos os termos referirem-se a prática da medicina.

Outro recurso utilizado pela autora, ao qual podemos atribuir diferentes significados, é o uso de advérbios. Como exemplo disso, destacamos o advérbio “mais” (linha 11) que, assim como todos os outros utilizados ao longo do texto, nesse contexto em que está relacionado às palavras “muito” e “recursos”, remete a um sentido de algo superior ao ordinário. Ao lermos “investir muito mais recursos”, esse “mais” significa “investir além do que foi investido até agora”, o que difere do seu significado proveniente do semiótico que expressa apenas um valor quantitativo.

Vale ressaltar, também, que a autora utiliza períodos curtos como “E rico.” (linha 52) e “Não vai mesmo.” (linha 47) para enfatizar o argumento proposto. Essas frases, dentro do contexto em que estão inseridas, significam junto com os argumentos, pois os fortalecem e fazem com que o leitor-locutor se atente e concorde com eles.

Por fim, após termos analisado as palavras em seus contextos particulares dentro do texto, o analisaremos como um todo. O artigo, em geral, busca fazer com que o leitor aproprie-se do que foi enunciado para formar um novo sentido a respeito do assunto em geral. Cada palavra analisada contribui para que o leitor-locutor preencha os “vazios” no texto para atribuir um sentido diferente a ele. Nesse artigo, a autora buscou mostrar ao leitor a importância do programa “Mais Médicos” para a sociedade brasileira utilizando argumentos concretos que visam a despertar no leitor uma reação em relação ao assunto. Tudo no texto procura fazer com que o leitor reflita positivamente sobre esse programa, desde a escolha das palavras até a forma como elas se dispõem nele.

Ao considerarmos nossa hipótese de que cada palavra contém uma parte “vazia” em sua significação, a qual é preenchida pelo leitor-locutor no ato enunciativo de leitura, podemos afirmar que a mesma foi respondida através das análises realizadas no texto de Eliane Brum. Pudemos perceber essa atribuição de sentidos a partir da comparação entre a significação genérica e constante, que provém do semiótico e registrada em dicionários; e o sentido particular, que provém do semântico e possui um

sentido singular expressado no momento da enunciação. Ao estabelecermos essa relação entre a significação constante da palavra com o sentido em emprego e o modo como esse emprego participa do sentido global do discurso, comprovamos nossa hipótese, uma vez que as palavras selecionadas no texto adquiriram sentidos específicos a partir da leitura do analista dos fatos, ou seja, do leitor-locutor. Partindo da análise, pudemos verificar também que o sentido pleno de uma palavra é estabelecido a partir da sintagmatização-semantização e que o mesmo se aplica em determinados contextos de discurso, ou seja, depende das relações com os outros elementos para se estabelecer. Através da leitura do artigo, pudemos comprovar também que o sentido dessas palavras advém da relação *eu/tu-ele-aqui-agora*, postulada por Benveniste em seus estudos enunciativos, pois, esses sentidos, só puderam ser atribuídos a partir de contextos enunciativos únicos. O leitor, ao ler o texto, reconstituiu, a partir de seu próprio contexto *eu/tu-ele-aqui-agora*, o enunciado uma vez escrito pelo autor, mostrando, assim, que as palavras possuem essas partes “vazias” capazes de constituir novos sentidos.

#### 4. Considerações Finais

A partir dos postulados teóricos de Benveniste, iniciamos este estudo tratando de questões relativas à linguagem e como ela é apresentada, segundo as teorias enunciativas. Seguindo essa linha, procuramos mostrar como se fundamenta a subjetividade na linguagem, aspecto fundamental da constituição dos sentidos em um enunciado ou discurso. Buscamos, através de conceitos desse autor, evidenciar como essa subjetividade, que é inerente ao ser humano, se comporta em relação à atribuição de sentidos em um texto escrito, que é feita tanto pelo autor, no momento da escrita, quanto pelo leitor, no momento da leitura. Desse modo, pensando na linguagem, como forma de comunicação entre indivíduos, e na subjetividade, como agente promotor de sentidos, investigamos a hipótese de que cada palavra possui uma parte “vazia”, em sua significação, a qual adquire sentido particular no momento da enunciação.

Para responder a essa questão, visamos analisar o sentido particular adquirido pelas palavras dentro do contexto de um artigo de opinião. Para efetuar a seleção das palavras a serem analisadas, dispomos o texto de acordo com sua estrutura dissertativa, ou seja, em *tese*, *argumentos* e *conclusão*, pois, assim, pudemos verificar quais eram as palavras-chave que norteavam a constituição desses e sua relevância para o assunto abordado no artigo. A partir disso, analisamos as palavras, comparando seu sentido global e seu sentido particular, adquirido dentro do contexto a qual estava inserida.

Após feitas as análises, pudemos comprovar que as palavras, de fato, possuem lacunas que permitem ao locutor, quando na posição de leitor, atribuir sentido a elas durante a semantização do discurso, ou seja, no ato enunciativo de leitura do texto. Através dessas análises, feitas pelo leitor/analista/locutor dos fatos, verificamos que, em alguns casos, as palavras podem adquirir sentidos bem diferentes daqueles vindos da significação genérica e constante. Dessa maneira, inferimos que o sentido das palavras não é imutável e que as mesmas podem adquirir variados sentidos, dependendo do contexto no qual estão inseridas.

Acreditamos que a reflexão aqui realizada deva ir além desse estudo inicial e ser aplicada a leitura em sala de aula, pois, é de suma importância que os alunos possam compreender que as palavras não possuem apenas a significação genérica e constante de

seu conhecimento partilhado já registrado em dicionário, mas que variam de acordo com o contexto a que estão submetidas. Cabe ressaltar também que os alunos, no atual sistema de ensino brasileiro, não são instigados a mostrarem-se como leitores críticos perante a leitura, o que é um equívoco, pois, a leitura é um ato subjetivo, onde se faz indispensável à presença de um sujeito. Sendo assim, “a leitura não depende de ensino, ela é uma prática subjetiva e por isso, intersubjetiva. Ela depende do sujeito, sujeito esse que constitui sentidos, os seus sentidos” (NAUJORKS, 2011, p.149). Por essa razão, a leitura deve ser desenvolvida na escola com o intuito de formar leitores capazes não só de reproduzir os sentidos expressos pelo autor do texto, mas de produzir novos sentidos a partir do que foi lido, de comparar esses sentidos, de criticá-los; enfim, é importante a escola formar leitores- locutores que se constituam como sujeitos.

Enfim, concluímos este estudo esperando que ele contribua, juntamente com os outros estudos existentes a respeito desse assunto, para o desenvolvimento de outras pesquisas relacionadas ao tema, bem como no desenvolvimento de uma leitura mais atenta na escola. Acreditamos que uma iniciativa como essa seria benéfica para o aluno, pois o constituirá como sujeito capaz de formar sua própria opinião e expressá-la em meio a sua vida na sociedade.

## Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. *O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião*. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel.(Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 166-179.

DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. Disponível em <  
<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>

FLORES et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

KNACK, Carolina. *Enunciação e estudo do texto: um esboço de princípios e de categorias de análise*. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2010. p. 94-101.

\_\_\_\_\_. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

MELLO, Vera Helena Dantee de; FLORES, Valdir do Nascimento. *Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna*. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 45, p. 193-218, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cienciasletras>

\_\_\_\_\_. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

NAUJORKS, Jane. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2006.